

*Direitos
Fundamentais:*
um déficit de
legitimidade do STF
no conflito entre a
Privacidade e o Acesso
à Informação

**José Américo
Martins da Costa**

*Coleção
Direitos fundamentais e acesso à justiça no
estado constitucional de direito em crise*

Coordenador:
Gregório Assagra



Copyright © 2019, D'Plácido Editora.
Copyright © 2019, José Américo Martins da Costa.

Editor Chefe
Plácida Arraes

Produtor Editorial
Tales Leon de Marca

Capa, projeto gráfico
Enzo Zaqueu Prates
Leda Érica Câmara
(Imagem por Skyla, via Unsplash)

Diagramação
Leda Érica Câmara

Editora D'Plácido
Av. Brasil, 1843, Savassi
Belo Horizonte – MG
Tel.: 31 3261 2801
CEP 30140-007



WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Todos os direitos reservados.
Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida,
por quaisquer meios, sem a autorização prévia
do Grupo D'Plácido.

1154216

Catálogo na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica

COSTA, José Américo Martins da.

Direitos Fundamentais: um déficit de legitimidade do STF no conflito entre a Privacidade e o Acesso à Informação - Coleção Direitos fundamentais e acesso à justiça no estado constitucional de direito em crise - Coordenação: Gregório Assagra de Almeida - Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2019.

234p.

ISBN: 978-65-80444-16-8

1. Direito. 2 Direitos Fundamentais. I. Título.

CDD340

CDU340

GRUPO
D'PLÁCIDO



*
Rodapé



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA	15
1. OS DIREITOS FUNDAMENTAIS E A DIGNIDADE HUMANA	19
1.1. Compreensão dos Direitos Fundamentais e a dignidade humana.....	19
1.1.1. Abrangência da fundamentalidade.....	25
1.1.2. Conceituação terminológica.....	30
1.1.3. Características.....	33
1.1.4. Evolução em sua classificação.....	34
1.1.4.1 Teoria geracional.....	34
1.1.4.2 Teoria do status de Jellinek.....	38
1.1.5. Eficácia das normas de Direitos Fundamentais.....	40
1.1.6. Regras e princípios nos Direitos Fundamentais.....	47
1.1.7. Restrições a Direitos Fundamentais.....	51
1.2. A eficácia dos Direitos Fundamentais e a dignidade da pessoa humana.....	56
1.2.1. A consagração da percepção valorativa-progressista.....	58
1.2.2. A dignidade como princípio fundante dos Direitos Fundamentais.....	59
1.2.3. A dignidade no plano axiológico e dificuldades na delimitação de seu conteúdo.....	63

1.2.4. A regra de proteção e o princípio da dignidade da pessoa humana.....	66
1.2.5. A dignidade e o direito fundamental à autodeterminação informacional.....	69
2. O DIREITO FUNDAMENTAL À PRIVACIDADE.....	75
2.1. O Direito Fundamental à privacidade em sua evolução histórica.....	75
2.2. O contexto de um modelo de direito à privacidade.....	79
2.3. O direito à vida privada como decorrência da personalidade.....	85
2.4. A Publicização e a constitucionalização do direito privado.....	88
3. O DIREITO FUNDAMENTAL AO ACESSO À INFORMAÇÃO.....	93
3.1. A liberdade de expressão e o direito à informação como bens jurídicos.....	93
3.1.1. O direito ao acesso à informação, e a transparência.....	98
3.1.2. O direito ao acesso à informação, e a publicidade.....	103
3.2. O acesso à informação administrativa no Brasil.....	107
3.2.1. Antecedentes jurídicos.....	107
3.2.2. O direito fundamental ao acesso à informação no Brasil.....	114
3.2.3. A reserva da intimidade da vida privada e o limite ao direito à informação administrativa do direito brasileiro.....	117
3.3. O direito fundamental ao acesso à informação no direito português.....	120
3.3.1. A reserva da vida privada e o limite ao direito à informação no direito português.....	124
3.4. O acesso à informação no direito comparado em abreviadas notas.....	129
3.4.1. O direito à informação administrativa no âmbito comunitário europeu.....	131

4. A TENSÃO ABERTA E PERMANENTE ENTRE A DIVULGAÇÃO NOMINAL DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES ESTATAIS E O DIREITO FUNDAMENTAL À PRIVACIDADE	137
4.1. O posicionamento do Supremo Tribunal Federal sobre o tema e suas críticas	138
4.1.1. Quando a interpretação constitucional se torna ofensa ao núcleo essencial dos direitos fundamentais	148
4.2. A divulgação nominal de salários como prática violadora de Direitos Fundamentais	152
4.2.1. A remuneração do cargo e o sigilo fiscal	153
4.2.2. A remuneração e as garantias individuais	156
4.2.3. Os direitos da personalidade e o <i>status</i> preferencial na Lei nº 12.527/11	158
4.2.4. O risco pessoal e familiar	163
4.2.5. A nova orientação do CNJ e o reconhecimento da fragilidade do Sistema	167
4.3. A máxima da proporcionalidade	169
4.4. Uma tentativa de solução prática por meio da técnica da ponderação	171
4.5. Da possibilidade de adoção de medidas judiciais pelo servidor público diante da violação da privacidade	178
4.5.1. Arguição de descumprimento de preceito fundamental	181
4.5.2. Ação direta de inconstitucionalidade por ação – ADI por ação	187
4.6. A aplicação dos cânones da hermenêutica constitucional – uma releitura	190
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	197
REFERÊNCIAS	215